

Palácio dos Bandeirantes

Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - CEP 05698-900 - Fone: 3745-3344

Nº 103 – DOE de 04/06/15 – Seção 1 – p. 33

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO**

Recomendação 2, de 29-05-2015

Considerando a importância do Sistema Único de Saúde que constitucionalmente determina que Saúde é: “um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que reduzam o risco de doença e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação”.

Considerando os Conselhos de Saúde como defensores da Saúde como Direito Social a partir de valores como a Igualdade, Universalidade, Equidade e Integralidade.

Considerando a atual conjuntura política e social que tem se traduzido num impacto negativo do setor produtivo.

Considerando esse cenário que prevê uma arrecadação significativamente menor e com isso, o aprofundamento do subfinanciamento da Saúde.

Considerando que as leis devem ser feitas e aplicadas para garantir Estado Democrático de Direito, a dignidade das pessoas e a redução das desigualdades sociais.

Considerando a EC 86, de 2015, que dispõe sobre o orçamento impositivo e estabelece como percentual de recursos da União vinculados à saúde, 15% das receitas correntes líquidas (em cinco anos), ao invés do equivalente a 10% de suas receitas correntes brutas como proposto pelo projeto de lei de iniciativa popular.

O Conselho Estadual de Saúde, no uso de suas atribuições, em sua 242ª Reunião Ordinária, realizada no dia 29-05-2015, RECOMENDA AOS REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO DE SÃO PAULO:

1. Que ao utilizar as novas legislações que impactam no orçamento da Saúde como as Emendas Parlamentares, legítimas prerrogativas do Poder Legislativo, sejam negociadas na lógica de fortalecimento de um Sistema Único de Saúde solidário que avance no acesso com qualidade para todos os cidadãos brasileiros.
2. Que essas Emendas Parlamentares sejam compatibilizadas com os instrumentos de planejamento de cada ente federado, sempre com uma pactuação regional que promova equidade.
3. Que o ônus no orçamento já tão restrito, não signifique perdas ou remanejamentos posteriores.
4. Que a inclusão de uma Emenda Impositiva deve vislumbrar que o orçamento não pode ser encarado mais como uma grande peça de ficção, mas a organização e transparência que o Sistema Único de Saúde precisa para cada vez mais ser único e para todos.